

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Deu ruim

A deputada Flávia Arruda (PL-DF) se lançou candidata a vice-presidente da Câmara em meio à queda de braço entre o Planalto e Valdemar da Costa Neto para a articulação política na Câmara. Terminou atropelada pelo acordo de líderes que fez de Lincoln Portela o primeiro-vice. O fato de ter sido ministra da Secretaria de Governo e ter apenas 83 votos foi considerado, dentro do PL, um desgaste desnecessário para a deputada.

Nada a ver

Alguns aliados de Flávia viram na candidatura uma forma de tentar negociar a retirada de Damares Alves da disputa pela vaga ao Senado pelo Distrito Federal. O jogo do DF, porém, é do Republicanos e não passou pelos partidos que estavam disputando as três vagas na Mesa Diretora — PL, PT e PSDB.

Bolsonaro com Zema

O PL de Minas Gerais não desistiu de conquistar o palanque do governador-candidato Romeu Zema para o presidente Jair Bolsonaro. Hoje, com a viagem ao Vale do Aço para entrega de casas populares e a visita à Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), a ideia é ampliar o diálogo. “Abri essa discussão no PL. A polarização está se repetindo em Minas e vamos conversar. Não tem nada impossível”, diz o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

Sem obstáculos

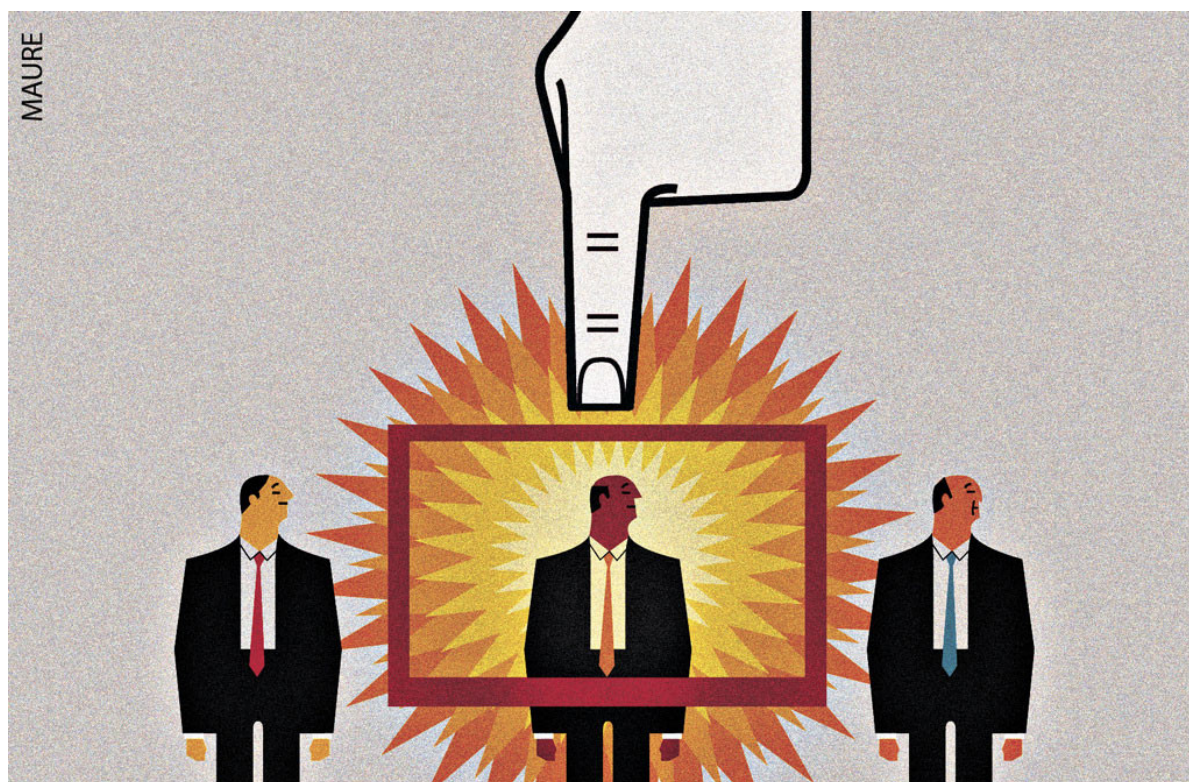
Sávio conversou, inclusive, com o senador Carlos Viana (PL), pré-candidato de Bolsonaro ao governo mineiro e considerou que saiu com a porta aberta para tentar aproximar o presidente e o governador. Em tempo: Viana, se for mesmo candidato, tende a tirar votos de Zema — daí a perspectiva de acordo.

Bivar no embalo do ICMS

Pré-candidato a presidente da República pelo União Brasil, o presidente do partido, deputado Luciano Bivar (PE), quer aproveitar o projeto do deputado Danilo Forte (União-CE), relatado pelo líder da legenda na Câmara, Elmar Nascimento (BA), para puxar um discurso que sirva de alavanca para a disputa pelo Palácio do Planalto. Até aqui, Bivar tem se mantido discreto, mas quer mudar essa situação com

a confirmação do seu nome num evento na próxima terça-feira.

A avaliação dos integrantes do União Brasil é de que ele será candidato, nem que seja para apresentar a nova agremiação ao país. E de quebra evitar que o tempo de tevê, o maior de todos, termine distribuído a outros partidos. A ideia é fazer propaganda da legenda. Afinal, em política, vale a máxima: time que não joga não tem torcida.



MAURE

CURTIDAS

Guilherme Lara Campos/SP



A hora da verdade em São Paulo/ O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-governador Geraldo Alckmin terão uma conversa com Márcio França (foto) para decidir a candidatura ao governo estadual. A ideia do petista é tirar o nome do PSB da disputa. Não foi isso que Alckmin combinou com Lula lá atrás.

Veja bem/ O PT dirá a França que a candidatura do PSB corre o risco de ficar isolada e perder terreno para o candidato do Republicanos, Tarcísio de Freitas, que tende a ficar com os votos de Bolsonaro.

O desafio de Tebet/ Candidata do MDB e do Cidadania ao Planalto, a senadora Simone Tebet (MS) tem agora a missão de agregar apoios nos próximos dias, em especial o PSDB e a bancada feminina. Se os tucanos demorarem a fechar a aliança, soará como má vontade.

Por falar em tucanos.../ O ex-governador João Dória embarca para os Estados Unidos. Vai descansar e repensar seu futuro empresarial e político. Mas deixou um recado a todos: “Não desistirei do Brasil”.

CONGRESSO

Senado enfrenta nó do ICMS

Aprovado na Câmara, governadores e prefeitos atacarão PL que limita alíquota em 17% e cria gatilho para perda de arrecadação

» DEBORAH HANA CARDOSO
» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, por 403 a 10 e duas abstenções, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 211/2021 que impõe um teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na energia elétrica, combustível, gás natural, transportes e telecomunicações — agora considerados bens essenciais. A proposta passou com amplo apoio — 403 votos favoráveis, 10 contrários e 2 abstenções. O texto prevê um gatilho temporário para compensar as unidades da Federação e municípios quando a queda na arrecadação total do tributo for superior a 5%.

Mesmo com essa compensação — que será feita, se necessário, por meio do abatimento da dívida com a União, exceto para Amapá, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que aderiram ao regime de recuperação fiscal —, a expectativa é de que o PLP tenha dificuldades de tramitação no Senado, para onde segue agora. Já há movimentação de governadores e prefeitos junto às bancadas para impedir o avanço do texto, sob risco de a questão parar no Supremo Tribunal Federal (STF).

Cálculos que circulam entre governos e prefeituras apontam uma perda de quase R\$ 70 bilhões, por ano, na arrecadação devido ao limite de 17%. A estratégia para evitar o avanço do projeto está traçada: aumentar a interlocução com os senadores e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e mostrar os prejuízos que supostamente virão.

Para mitigar a possível redução no caixa das unidades da Federação, o relator do projeto,

deputado Elmar Nascimento (União-BA), estendeu o gatilho da compensação aos municípios. “Tivemos cuidado ouvindo os líderes dos partidos da base do governo no sentido de impor uma trava para que não tivesse uma queda de arrecadação, comprometendo as finanças do estado. Houve uma procura muito grande de prefeitos no sentido de que a gente pudesse, também, estender essa trava, pois 25% da receita com ICMS são compartilhados com esses municípios”, salientou.

Conversão

Segundo Elmar, a equipe econômica do governo acredita que não haverá perda de arrecadação porque os recursos não deixam de existir. “Se você gasta menos dinheiro com combustível, porque baixou o preço com a redução na alíquota, você vai gastar com outra coisa. Essa é a aposta do governo”, afirmou.

Mesmo com as dificuldades previstas no Senado, deputados afirmaram que a votação precisava ocorrer. “Os senadores estão sendo pressionados pelos estados. Apesar disso, era necessário que se votasse, pois o custo de vida está alto. Mas haverá articulação vinda da Câmara”, justificou o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ), que é pré-candidato ao governo do Rio de Janeiro.

Já o deputado Luís Miranda (Republicanos-DF) argumentou que é “vergonhoso” que os governadores que não queiram reduzir a alíquota do ICMS. “O combustível há dois anos custava R\$ 4 e, hoje está R\$ 8. O estado está ganhando o dobro da arrecadação e o salário da população não aumentou. Então como você equaliza isso? Diminuindo a carga tributária”, apontou.

Carlos Vieira/CB/D.A Press.



Forte lembrou que a última vez que o Congresso votou redução de impostos foi quando extinguiu a CPMF

Deputado prevê compensação natural

» RAPHAEL PATI*

O deputado Danilo Forte (União-CE), autor do PLP 18/2022, aprovado ontem na Câmara, considera incorreta a alegação de governadores e prefeitos de que haverá redução de caixa ao ser fixado um teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente na energia elétrica, combustível, gás natural, transportes e telecomunicações. Isso porque, segundo ele, a arrecadação que se perderá por um lado será compensada em outro.

“Não tem perda de arrecadação. Pelo contrário: tem substituição de fonte arrecadadora, por que ele (município) deixa de receber na energia e no

combustível, mas passa a arrecadar nos supermercados, na lanchonete, no cabelereiro e em outras atividades econômicas”, afirmou o deputado, em entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — uma realização do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília.

Forte explicou que quando se diminui o tributo, há um reflexo em todas as cadeias produtivas. É esse “efeito cascata” que evitará a perda de arrecadação alegada por governadores e prefeitos — e se isso ocorrer, haverá a compensação, pela União, quando a queda superar os 5%.

“A gente paga PIS e Cofins sobre o ICMS. Ou seja, a gente paga um imposto em cima do outro. Ninguém compra ou come imposto. Isso vai ajudar a

diminuir o valor da transmissão e o valor final da conta da energia”, destacou.

Inflação

Na visão do parlamentar, caso o PLP seja aprovado no Senado sem alterações — apesar de reconhecer que haverá problemas na tramitação na Casa devido às pressões de governadores e prefeitos —, o efeito sobre a inflação será percebido rapidamente.

“Segundo estudos do mercado financeiro, pode variar em uma queda do IPCA de 1,2% a 1,6%, já agora em 2022, entramos em vigência agora em julho. Acredito que, agora, a gente possa também dar um pouco de conforto aos brasileiros. A gente



Não tem perda de arrecadação. Pelo contrário: tem substituição de fonte arrecadadora, por que ele (município) deixa de receber na energia e no combustível, mas passa a arrecadar nos supermercados, na lanchonete”

Deputado Danilo Forte,
autor do PLP 18/22

sabe que quando vem a inflação e a carestia, quem paga a conta são os mais pobres e os assalariados”, argumentou.

Mais tarde, depois da aprovação do PLP por larga margem de votos, Forte comentou que os deputados tomaram uma atitude há tempos esperada pela sociedade. “Um dia histórico para o Congresso Nacional. A última vez que essa Casa trabalhou para diminuir impostos foi quando se votou para acabar com a CPMF. De lá para cá, muito se falou em reforma tributária, muito se falou sobre o peso da carestia e da volta da inflação em cima da população mais pobre”, disse.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi